

Aparato policial para intimidar trabalhadores

28-Mai-2004

PROTESTO NAS AUTARQUIAS DO BARREIRO

O protesto de largas centenas de trabalhadores das autarquias do Barreiro, manifestado ontem, quinta-feira, 28, junto aos Paços do Concelho, foi rodeado de um desmesurado dispositivo policial, requisitado pelo executivo camarário, que incluiu canhões de água. A própria delegação de trabalhadores foi escoltada por agentes da PSP para ser «recebida» pelo presidente.

À

Concentrados em plenário no recinto do Nicola, os trabalhadores em greve aprovaram por unanimidade uma resolução que repudia a política discriminatória e de retirada de direitos seguida pelos executivos da Câmara Municipal, das juntas de freguesia de Santo António da Charneca e Coima e do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Transportes Colectivos.

No final, desfilaram até ao edifício da Câmara, defrontando-se com um inusitado aparato policial que ocupava as ruas do centro da cidade. Foi com igual surpresa que a delegação de trabalhadores se viu escoltada por agentes policiais até ao gabinete do presidente para ser «recebida» pelo edil.

Em nota à imprensa, a Direcção Regional de Setúbal do STAL condenou o clima repressivo e intimidativo criado pela Câmara, que só não teve consequências mais graves devido à «grande maturidade demonstrada pelos trabalhadores e pelo seu sindicato, o STAL».

Nas referidas autarquias do concelho, os trabalhadores queixam-se de discriminações, prepotência e de várias tentativas de retirada de direitos e regalias há muito conquistados.

Os trabalhadores contratados são tratados de forma desigual e alvo de coacções psicológicas, enquanto que as promoções são «só para alguns», denuncia a DR do STAL, acrescentando que os «concursos são dirigidos a gente de confiança política da Câmara/PS, sem respeito pelos direitos daqueles que têm condições para ocupar esses lugares».

As reclassificações profissionais são negadas ou adiadas e muitas carreiras continuam a ser consideradas indevidamente como horizontais (com mudança de escalão de quatro em quatro anos), apesar dos acórdãos do Tribunal Central Administrativo que as define expressamente como verticais, cuja mudança de escalão ocorre de três em três anos.

De forma prepotente, os responsáveis tentam impor horários em jornada contínua, deslocam trabalhadores para zonas isoladas do concelho onde não têm acesso a refeitório, balneários ou sanitários e tentam retirar as dispensas previstas no regulamento interno, bem como algumas regalias, designadamente o transporte gratuito dos conjugues.

O Sindicato acusa ainda a maioria socialista de tentar limitar a participação nos plenos do STAL e de exercer pressões psicológicas sobre os delegados e dirigentes sindicais, alguns dos quais foram transferidos de local de trabalho.

O agravamento destes problemas e a atitude anti-dialogante da autarquia, que se tem recusado a reunir com o STAL, têm acentuado o descontentamento da grande maioria dos trabalhadores, que se mostram determinados a prosseguir e intensificar as acções de luta.

Â

Â